

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Relatório da Audiência concedida a representantes da Junta de Freguesia de Vila Seca, concelho de Barcelos

Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas 16 horas e 30 minutos, reuniu um Grupo de Trabalho em representação da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR) com representantes da Junta de Freguesia de Vila Seca (concelho de Barcelos).

O Grupo de Trabalho era constituído pelos seguintes Srs. Deputados:

- Miguel Laranjeiro (PS), coordenador
- Manuel Mota (PS)
- Melchior Moreira (PSD)
- Fernando Pereira (PSD)
- Agostinho Lopes (PCP)
- Helena Pinto (BE)
- Francisco Madeira Lopes (PEV)

A Delegação da Junta de Freguesia era constituída pelos seguintes elementos:

- José Faria, presidente da Junta de Freguesia de Vila Seca
- Manuel Oliveira, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Seca
- João Rodrigues, eleitor da Junta de Freguesia de Vila Seca

Assunto: *Atribuição de uma concessão para exploração de caulinos / saibro / areia nas Juntas de Freguesia de Milhazes e Vila Seca (concelho de Barcelos).*

O Sr. Deputado Miguel Laranjeiro começou por dar as boas vindas e apresentar os Srs. Deputados presentes. Constatada a ausência da delegação da Junta de Freguesia de Milhazes, passou desde logo a palavra ao Sr. José Faria.

Este disponibilizou desde logo aos Srs. Deputados três dossiers explicativos da matéria em apreço, e de seguida apresentou a temática em análise explicando o pedido de audiência à CAEIDR com a ausência de auscultação da população das Juntas de Freguesia de Milhazes e Vila Seca no âmbito da concessão de uma licença à empresa MIBAL para exploração de caulinos na área geográfica das Juntas de Freguesia (auscultação que ocorrera em 2000, conforme referiu). As razões apontadas para a não auscultação da população referem-se à manutenção do plano de lavra (entre 2000 e 2007), tendo, porém, a empresa invocado o segredo industrial para não divulgar informação adicional. Informou ainda que não foi divulgado o resultado da consulta pública, recordando que o contrato abrange 42 Ha mas refere apenas 1,5 páginas de análise do impacto ambiental, quando em 2001 o parecer da Quercus nesta matéria foi negativo, sendo de igual sentido em 2007. O Sr. José Faria referiu, como consequências da exploração de caulinos, que afectará uma Escola EB2,3 com a perspectiva de ficar com um aterro em frente e com estimativas de passagem de um camião com produtos de 13 em 13 minutos pela estrada, a secagem da ribeira de Milhazes e a não previsão, no documento, de caminhos e mínimos de distância por questões de segurança. O Sr. José Faria referiu que os preços de referência constantes nos dossiers de custos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

datam de 1997, estando, por isso, desactualizados. A documentação oficial, referiu ainda, é omissa quanto à existência, naquela área, de nascentes de águas naturais, que constituem reservas de água para a parte Sul da Freguesia de Vila Seca. Nesta matéria, informou ainda que a 6m de profundidade no solo é já possível encontrar água, ao contrário do veiculado na documentação oficial. O Sr. José Faria informou ainda que se exploração avançar, desde logo deve haver a assunção de responsabilidades, considerando não ser usual que os órgãos que defendem as populações, como as autarquias, não sejam ouvidos nestas matérias. Referiu, ainda, os prejuízos para quem mora nas imediações, a menos de 15 metros de distância do local, que será muito afectado e verá defraudadas as suas expectativas referentes ao momento de construção da respectiva habitação naquele local. O Sr. José Faria informou que o plano de lavra aponta para a existência de caulino em pouca quantidade e de má qualidade, porém recordou que a areia existente naquela zona é boa e a sua exploração será pouco custosa e rentável. Terminou a sua intervenção esclarecendo que não questiona a Mibal pela empresa em si, mas por ser a empresa que explora na freguesia.

O Sr. Deputado Miguel Laranjeiro agradeceu a intervenção e as informações apresentadas e passou a palavra aos GP.

O Sr. Deputado Melchior Moreira agradeceu, igualmente, a intervenção e passou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Pereira que, no âmbito do GP, tem acompanhado esta matéria. O Sr. Deputado Fernando Pereira considerou que, mais do que uma posição da Junta de Freguesia, os representantes trouxeram as posições do povo. Questionou sobre o porquê de estarem contra a exploração, e se teriam uma posição favorável em caso do cumprimento do estudo de impacto ambiental e das disposições regulamentares exigidas por lei. Questionou ainda sobre quais as informações dadas pela empresa Mibal na reunião referida pelo Sr. José Faria em Setembro anterior, bem como se já tinha solicitada uma audiência ao Governo, e com que eco e/ou respostas. Finalmente, concordou com a posição referida da importância de assunção das responsabilidades.

A Sra. Deputada Helena Pinto considerou ser esta uma situação muito preocupante que deve merecer, por parte da Assembleia da República, um acompanhamento. Considerou como negativa a ausência de participação da Câmara Municipal de Barcelos e das Juntas de Freguesia envolvidas no processo. Questionou sobre a disponibilidade total de documentação na posse dos Srs. representantes da JF, com vista a estarem perfeitamente documentados.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou que propôs ouvir em Outubro, em sede da CAEIDR, o Sr. Ministro da Economia e Inovação e o Sr. Director-Geral de Energia e Geologia, tendo a proposta sido chumbada pelo GP do PS em virtude de se estar a aguardar a resposta do Governo a questões previamente colocadas. Questionou sobre o porquê de se avançar com uma exploração que estava suspensa, qual o porquê do secretismo em torno do processo, nomeadamente quanto ao diálogo com as populações e os órgãos por esta eleitos e, finalmente, quanto ao impacto ambiental. Concordou que o país deve aproveitar os recursos mineiros que tem, porém respeitando os interesses das populações já instaladas e agindo de uma forma equilibrada. Questionou ainda se há informação sobre se vão ser explorados caulinos ou areias.

O Sr. Deputado Madeira Lopes recordou estar em causa o património natural e histórico da Junta de Freguesia de Vila Seca, e o direito ao envolvimento das populações e da autarquia no processo. Considerou ainda que a informação trazida pela delegação demonstra a existência de

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

erros graves no processo de atribuição da licença de exploração, pelo que a exploração deveria ser suspensa.

O Sr. Deputado Manuel Mota disponibilizou-se para continuar a acompanhar a questão como tem feito até ao presente, considerando poder identificar-se, desde logo, dois responsáveis: o Sr. Ministro da Economia e Inovação, bem como a Câmara de Barcelos, que em 2006 poderia ter emitido um parecer de informação à Junta de Freguesia sobre o processo. Recordou a disponibilidade demonstrada pelo Sr. DG de Energia e Geologia em deslocar-se à freguesia para clarificar todo o processo. Quanto às questões hidrológicas, colocou-se igualmente ao dispor, pelo que o Sr. Deputado Manuel Mota considerou que esta dupla disponibilidade deveria ser aproveitada. Acrescentou que em todo o processo existe uma questão central, a de saber até que ponto a concessão pode evoluir, legalmente, tendo em conta os interesses da população e estando em plena consciência de que há sempre custos a ter em conta. Questionou ainda sobre se haverá condições de concretizar a exploração se forem salvaguardados todos os interesses.

Em resposta, o Sr. João Rodrigues, cidadão da freguesia referiu que, para além dos inconvenientes processuais e da poluição, nomeadamente em termos de poeiras, deveriam ter-se em consideração outras questões: (i) como será feito o aterro; (ii) como evitar a contaminação das águas pelos produtos colocados no aterro.

O Sr. Manuel Oliveira reforçou que a experiência de Barqueiros, freguesia vizinha de Vila Seca, demonstrou não haver qualquer tipo de garantias de fiscalização, e questionou se valerá a pena explorar uma pequena quantidade de caulinos em detrimento do bem-estar da população da freguesia.

O Sr. Deputado Miguel Laranjeiro questionou qual tem sido o papel e o envolvimento da Junta de Freguesia na monitorização das questões hidrológicas, nomeadamente dos pontos de água existentes na Freguesia.

O Sr. José Faria referiu que a Junta de Freguesia representa a população, tendo conseguido um abaixo-assinado de cerca de 1000 assinaturas num total de cerca de 1100 eleitores. Referiu ter sido efectuada uma assembleia extraordinária da freguesia, onde foi deliberado por unanimidade lutar contra a concessão da exploração. Respondendo às questões colocadas, referiu que na reunião havida com a Mibal não foi disponibilizada informação. Quanto ao estudo de impacto ambiental, manifestou a convicção de que nenhuma entidade independente dará um parecer favorável. Agradeceu ao Sr. Deputado Manuel Mota pela disponibilidade manifestada para participar em reuniões com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Energia, e com o Sr. Director-Geral de Energia e Geologia. Porém, considerou que este último não estaria de boa fé, na medida em que não disponibilizou todo o campo de lavra completo e as restantes informações para análise. Acrescentou ainda ter a empresa Mibal uma atitude intimidatória, e que os antecedentes da empresa pesaram na posição da população de Vila Seca face ao ocorrido em Barqueiros. Continuou a defender a não existência de mínimos que justifiquem a exploração de caulinos naquela freguesia, de acordo com sondagens mecânicas efectuadas em caminhos públicos, por autorização da Junta de Freguesia.

Terminou convidando os Srs. Deputados a deslocarem-se a Vila Seca bem como a Barqueiros, com vista a terem uma visão – Barqueiros – do que poderá ser a Junta de Freguesia de Vila Seca no futuro.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Sr. Deputado Agostinho Lopes realçou a importância da transparência nesta matéria, registando a existência de reuniões de representantes da Junta de Freguesia com membros do Governo, na presença de um Deputado, quando em sede da CAEIDR fora rejeitado o requerimento do PCP no sentido de todos os Deputados disporem de informações.

O Sr. Deputado Madeira Lopes considerou ser da responsabilidade do Governo determinar a necessidade de efectuar (ou não) estudos de impacto ambiental.

O Sr. Deputado Manuel Mota recordou as disposições regimentais – números 4 e 5 do artigo 104.º do RAR – das quais o GP do PCP pode fazer uso.

O Sr. Deputado Fernando Pereira considerou que, face ao secretismo referido, a tutela deveria responder e assumir responsabilidades. Deu conta da posição do GP do PSD de que o processo deve ser suspenso, concordando com a população.

O Sr. José Faria esclareceu ter sido a Junta de Freguesia a solicitar apoio ao Sr. Deputado Manuel Mota, recordando ser este um Deputado à Assembleia Municipal de Barcelos e ter já referido, nesse mesmo contexto, a sua posição nesta matéria.

O Sr. Deputado Miguel Laranjeiro deu por terminada a reunião pelas 18h15, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2007.